

## Ata n.º 37 / XIII / 1.ª SL

Aos cinco dias do mês de julho de 2016, pelas dezasseis horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

### Ordem do Dia:

1. Informações gerais
2. Análise da situação política europeia, na sequência do resultado do referendo britânico sobre a permanência na EU.

3. Aprovação de Ata

Ata n.º 35, de 29 de junho de 2016

4. Outros assuntos

- 
- Aberta a sessão, o Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, saudou todos os presentes e deu início aos trabalhos, começando por aludir, no âmbito do Ponto referente a Informações Gerais, à receção na Comissão de 3 pedidos de assentimento parlamentar para ausência de território nacional do Senhor Presidente da República, os quais, tendo entrado nos Serviços durante a manhã, não puderam ser corretamente inscritos na OD. Não tendo havido qualquer oposição a que os mesmos fossem analisados e votados, procedeu o Senhor Presidente à respetiva leitura, de onde resultou tratarem-se de deslocações a França, entre 6 e 7 de julho (Projeto de Resolução n.º 406-XIII), Brasil, entre 2 e 10 de agosto (Projeto de Resolução n.º 412-XIII) e Estados Unidos da América, de 18 a 24 de setembro (Projeto de Resolução n.º 413-XIII), nestes dois últimos casos, para participação na abertura das Olimpíadas e visita às comunidades portuguesas, e na 71.ª assembleia geral da ONU, respetivamente.

Submetidas a votação, foram os três Projetos aprovados por unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência do PCP.

- De seguida foi comunicado o pedido de audiência solicitado pela República do Montenegro, para conversações entre Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e Negociador-Chefe para a adesão à União Europeia daquele país, Embaixador Alek Sandar Pejovic, e a Comissão. A reunião aprovada por unanimidade, no formato Mesa+Coordenadores (sempre sem prejuízo de algum Deputado especialmente interessado poder igualmente participar), tendo ficado apontada a data de 12 de julho, pelas 15 horas.
- Relativamente ao Projeto de Resolução n.º 388-XIII, do BE, indicou a Senhora **Deputada Domicília Costa (BE)** que o seu Grupo pretende apresentá-lo e discutí-lo em Plenário.
- Em sede de iniciativas europeias, foram sinalizadas duas suscetíveis de escrutínio: a COM(2016)271, e a COM(2016)277. De realçar que a primeira das iniciativas integra um pacote legislativo mais amplo, relativo à matéria do direito de Asilo, a que igualmente se referia a COM(2016)197, com Parecer atribuído ao CDS/PP. Neste seguimento, ficou por unanimidade decidido atribuir por inerência temática a COM(2016)271 ao CDS/PP, na pessoa do Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP). Tem como limite de apresentação 28 de setembro próximo. No caso da segunda iniciativa, não sujeita a prazo, ficou a mesma atribuída à Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD).

## Ponto 2.

Aberta a discussão deste Ponto da OD, interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, para realçar as relações antigas e sólidas que nos unem ao Reino Unido (RU), suficientemente fortes para superar todas as dificuldades que possam sobrevir à decisão britânica. Declarou não concordar com a penalização do RU que seria contrária ao próprio interesse de Portugal, o que seria sempre inaceitável, atentos os interesses da comunidade portuguesa ali residente.

Interveio seguidamente a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, afirmando existir um debate político que tem de ser feito e que não pode ficar apenas pela intervenção dos “*founding fathers*” da União Europeia, tendo por objeto a discussão da emergência da eurocracia, seus fundamentos e o condicionamento dos poderes políticos legitimamente eleitos. Mais referiu existir algo de errado com a União, devendo discutir-se a democratização da vida europeia, do judicial ao administrativo, passando pelo político.

Interveio o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS), referindo que o resultado do recente referendo no Reino Unido veio suscitar um conjunto de questões com enorme impacto para a vida da União. Desde logo, pela forma como o RU está a digerir os resultados da consulta realizada, os quais não são vinculativos nem politicamente tomados como tal. Ninguém sabe, ainda e com segurança, se haverá abandono da União, dadas as posições entretanto manifestadas pela Escócia e Irlanda do Norte que podem chegar ao próprio veto político da decisão, sem esquecer, paralelamente, ser imprescindível para efeitos da saída a aprovação do Parlamento britânico. Relembrou que o RU é, também, nas regiões atrás referenciadas, beneficiário líquido de fundos europeus. E relevou a importância dos princípios da liberdade de circulação de pessoas e bens enquanto valores fundadores básicos da construção europeia, que assim poderiam ficar em risco de realização, atingindo de forma grave as condições de trabalho, tributação e pensões, bem como a paridade financeira da libra.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)**, para acompanhar as preocupações dos anteriores intervenientes, principalmente as manifestadas pela Senhora Deputada Paula Teixeira da Cruz. Tem enorme dificuldade em conceber uma União sem o RU e este fora da União, perdendo-se a quinta economia mundial, um país membro da NATO com capacidade nuclear, pilar essencial da componente atlântica da Europa e, para mais, contribuinte líquido do orçamento da União. Terminou referindo ser necessário repensar todo o projeto político europeu, tornando-o mais próximo e participado por todos os cidadãos.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** que referiu ter ficado com a nítida sensação, ao chegar a Londres na passada 3.<sup>a</sup> feira, de não existir um “plano B” para o resultado do referendo. Entende ser disso prova a chuva de demissões de apoiantes do BREXIT que se conheceram logo após a divulgação dos resultados. O desnorte é ainda notório pelo facto de no País de Gales, dos maiores beneficiários líquidos dos fundos europeus, ter vencido o voto pela saída da União. Relativamente à comunidade portuguesa no RU, é notória a existência de incerteza e receio fruto da desinformação veiculada, embora seja igualmente notada calma e serenidade, pelo que ao Estado português cabe acompanhar esta situação com a indispensável proximidade.

Interveio o Senhor **Deputado Alberto Martins (PSD)** que vê nesta saída um alerta revelador da forma como a União está a ser construída, alimentando um monstro burocrático que desconhece a solidariedade. Sublinhou que a Europa deve muito do que é hoje ao esforço britânico. As crises das dívidas soberanas e dos refugiados e migrantes, a par da construção europeia a “duas velocidades” deixaram de ter tutela compreensiva da União, fazendo emergir o perigo desta se transformar numa Europa dos “seis fundadores”. Referiu, ainda,

que o valor democrático dos referendos não pode ser confundido com atitudes plebiscitárias e irresponsáveis de pessoas que utilizam o acessório para minar o que é essencial, entendendo ser o resultado do facto de a política ter deixado de comandar, cedendo lugar aos mercados que suplantam e minorizam os interesses dos Estados.

Tomando a palavra, referiu o Senhor **Presidente da Comissão** entender as razões deste desfecho britânico, o qual não pode, conveniente e simplisticamente, ser reduzido à visão de uma mera coligação entre desinformados e diminuídos com o objetivo de prejudicar a Europa e o RU, que muito interessa a uma certa burocracia instalada. O ocorrido no RU é a prova de que o instituto do referendo deve ser utilizado de forma responsável, no contexto da democracia representativa.

### **Ponto 3.**

Foi lida a Ata n.º 35 que não suscitou quaisquer comentários. Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes (registando-se a ausência do PCP).

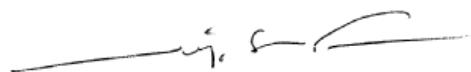
Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** apresentou cumprimentos de despedida e encerrou os trabalhos pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos.

O registo áudio da presente reunião é consultável em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02\\_CNECP/CNECP\\_20160705.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160705.mp3)

Palácio de S. Bento, 5 de Julho de 2016

**O Presidente da Comissão**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Ângela Guerra  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Domicilia Costa  
Filipe Lobo D' Ávila  
Joana Lima  
José Cesário  
Lara Martinho  
Nuno Magalhães  
Paula Teixeira da Cruz  
Paulo Neves  
Paulo Pisco  
Pedro Filipe Soares  
Sérgio Sousa Pinto  
Berta Cabral  
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões  
João Oliveira  
Jorge Moreira da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Gabriela Canavilhas  
Isabel Santos  
Porfírio Silva  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Azevedo

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 12/07/2016.**